

De Truman a George W. Bush: o pensamento único na lógica da política externa norte-americana

Leonardo da Rocha Botega* & Márcia Nair Cerdote Pedrosa**

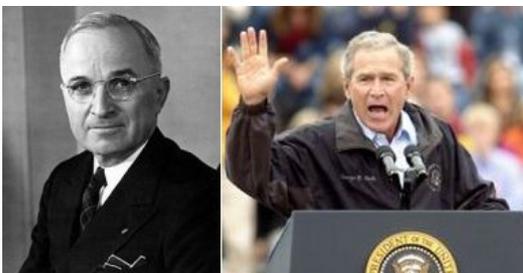
Resumo: A política externa norte-americana ao longo do século XX demonstrou-se como uma tentativa de imposição dos seus interesses aos demais países do mundo. No presente artigo, analisaremos como esta imposição sob a ótica do pensamento único evoluiu ao longo do Pós-guerra, passando pela Guerra Fria e ganhando uma maior dimensão no governo de George W. Bush.

From Truman to George W. Bush: the only thought in the logic of the North American external politics.

Palavras-chave: política externa norte-americana, liberalismo, governo Bush.

Abstract: The North American external politics throughout century XX was demonstrated as an attempt of imposition of its interests to the too much countries of the world. In the present article, we will analyze as this imposition under the optics of the only thought evolved throughout the Postwar period, passing for the Cold War and gaining a bigger dimension in the government of George W. Bush.

Key words: North American external politics, liberalism, government Bush.



Tornou-se ponto comum entre os mais variados analistas a idéia de que a partir da Queda do Muro de Berlim, em 1989, e a posterior dissolução da União Soviética, em 1991, abriu-se um novo período na história mundial, marcado pela unipolaridade, com os EUA exercendo o poder de única superpotência.

Este novo contexto unipolar é, sobretudo, um momento marcado pela ascensão do processo de mundialização do capital que é, conforme Chesnais, “bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização, tal

como o conhecemos a partir de 1950”, sendo na verdade uma “nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam o seu desempenho e regulação”. (CHESNAIS, 1996:13).

Conforme o autor:

“A mundialização é o resultado de dois resultados interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado pela mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan”. (CHESNAIS, 1996:34)

Este processo de mundialização do capital tem sido a grande fonte de tensão no cenário das novas relações internacionais, pois criou uma hipertrofia do mercado em relação às demais instituições centrais das economias modernas, os Estados e as empresas. Tal fato ocorreu, sobretudo, com as transformações das relações entre os mercados e as empresas, onde estas tiveram que reestruturar a sua produção, tornando-a mais flexível e com relações de trabalho precárias, para assim poder atuar diante de um mercado cada vez mais competitivo.¹

Em relação ao Estado, este acabou redefinindo sua função à medida que, diferentemente dos anos 1930 e 1940, onde o Estado de Bem-Estar Social foi gestado, agora os mercados, principalmente o financeiro, podem gerar muito mais capitais do que o próprio Estado. Desta forma, o Estado se volta cada vez mais a sua função política e repressiva para a garantia da realização dos lucros no mercado. Isto explica a forte influência que os Organismos Internacionais de Breton-Woods, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, exercem sobre os governos para que assim orientem os seus Estados a partir da realização de reformas econômicas e administrativas de cunho neoliberal.

O resultado deste processo tem sido perverso do ponto de vista social e totalitário do ponto de vista ideológico. Do ponto de vista social, o desemprego crescente torna-se crônico, a pobreza aumenta, as classes médias perdem em

qualidade de vida, os salários médios tendem a ser reduzidos, enquanto que o trabalho torna-se cada vez mais precário e a fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes.

Do ponto de vista ideológico produz-se a idéia de que somente há um caminho para os rumos da humanidade. Conforme Milton Santos, “as técnicas hegemônicas atuais são, todas elas, filhas da ciência, e como sua utilização se dá ao serviço do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria infalível”, desta forma, “o que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de idéias científicas, indispensáveis à produção, aliás acelerada, de novas realidades, de tal modo que as ações assim criadas se impõem como soluções únicas” (SANTOS, 2001:53).

Esta idéia se torna a fonte do poder de um pensamento único que na esfera da sociabilidade impõe “utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista” (SANTOS, 2001:54).

Em suma, ainda desenvolvendo as idéias de Milton Santos, estamos numa fase onde a unicidade da técnica se impõe para que assim se realize a produção da “mais-valia global”, motor chefe deste processo. E esta produção da “mais-valia” global se projeta a partir da imposição do capitalismo norte-americano, agora de vertente neoliberal, sobre as demais formas de organização social, uma idéia que se fez presente ao longo da história da política externa dos EUA, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX.

O projeto de imposição do capitalismo dos EUA para todo o globo começou a

¹ Esta perspectiva é defendida por Göran Therborn. Ver: THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. IN: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 39-50.

se afirmar no imediato pós-guerra com a Doutrina Truman e o Plano Marshall. Porém, conforme Hobsbawm, “o plano americano original para uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados, dominada pelos EUA, mostrou-se inteiramente irrealista” (HOBSBAWM, 1995:237). Os motivos para isto seriam: primeiramente, a presença da URSS que contrabalançava o poder norte-americano; e, em segundo lugar, “os desesperadores problemas de pagamento da Europa e do Japão, sedentos de cada dólar” (HOBSBAWM, 1995:237). Um terceiro motivo seria a predominância das idéias keynesianas durante a chamada “Era de Ouro” do capitalismo mundial, entre as décadas de 1950-1970. Um domínio tão grande que inclusive o próprio presidente Richard Nixon afirmaria que “somos todos keynesianos”.

Paralelamente ao domínio do keynesianismo na economia mundial as idéias neoliberais iam surgindo. O primeiro passo nesse sentido é encontrado no livro “Caminhos da Servidão” de Friedrich Hayek, lançado em 1944. Em 1947, mesmo ano de lançamento do Plano Marshall, Hayek convocaria os críticos do Estado intervencionista e de bem-estar social para uma reunião na estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Ali se reuniram Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros que acabariam fundando a Sociedade de Mont Pèlerin com o propósito de “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1998:10).

Estas idéias permaneceriam na marginalidade até a crise de 1973,

quando começam a ganhar terreno e acabam tendo no Chile de Pinochet um laboratório para serem experimentadas. Porém, o neoliberalismo somente atingirá os pólos de poder do sistema capitalista mundial ao final da década de 1970 e início da década de 1980, com as vitórias eleitorais de Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan nos EUA, em 1980.

Enquanto no governo Thatcher na Inglaterra optou por ser o mais puro dos modelos de neoliberalismo, com políticas de forte desmanche do Estado de Bem-Estar social, nos EUA, onde o Estado de Bem-Estar Social era menos forte do que na Europa, o governo Reagan adaptaria o modelo neoliberal a outra estratégia. Nos Estados Unidos, conforme Anderson, “a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o governo comunista da Rússia” (ANDERSON, 1998:12).

Até que ponto esta estratégia do governo Reagan funcionou é algo ainda ser analisado, o historiador Hobsbawm, por exemplo, discorda que esta política tenha sido fundamental para a queda da URSS. Isto indica que este é um debate ainda em aberto, mas o fundamental é que com Reagan o neoliberalismo atingiu o centro do poder do capitalismo mundial e que com o final da Guerra Fria inaugurou-se a lógica do pensamento único.

Este pensamento único era anunciado, em 1991, pelo presidente dos EUA, George Herbert Walker Bush, o Bush pai, a partir de uma “Nova Ordem Mundial” que se projetava como um mundo pacífico, tranquilo e ordenado, sob o comando da única superpotência

mundial.² No plano teórico era anunciado por Francis Fukuyama o “fim da história”. Coube ao próprio Bush pai assistir a primeira demonstração de que o clima não era tão tranquilo assim, e os EUA acabariam através da OTAN intervindo contra invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas de Saddam Hussein, um ex-aliado de Reagan contra o Irã.

Será no governo de Bill Clinton, um democrata que interrompe a série de 12 anos de governos republicanos, que os Estados Unidos viverão um momento de maior estabilidade da chamada “Nova Ordem Mundial”, propiciado pelo novo ciclo de crescimento econômico norte-americano e pela sua afirmação enquanto única superpotência mundial. Esta situação produziu um novo discurso que proporcionava uma roupagem diferente daquela auferida pelos anos de governo republicano.

Conforme Bourdieu e Wacquant:

“Em todos os países avançados, patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão puseram-se de acordo em falar uma estranha *nova língua* cujo novo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas ‘globalização’, ‘flexibilização’, ‘governabilidade’ e ‘empregabilidade’, ‘*underclass*’ e ‘exclusão’, ‘nova economia’ e ‘tolerância zero’, ‘comunitarismo’, ‘multiculturalismo’ e seus primos ‘pós-modernos’, ‘etnicidade’, ‘minoridade’, ‘identidade’, ‘fragmentação’, etc.” (BOURDIER; WACQUANT, 2001:156).

Desta forma, o pensamento único neoliberal adquiriu a feição de um imperialismo cultural, cujo

particularismo consiste “no fato de universalizar particularismos vinculados a uma experiência singular”, no caso a própria experiência norte-americana, que deveria desconhecida como tal, porém reconhecida como universal. Assim, se produziu o endeuamento do discurso do “multiculturalismo”.

Importado da Europa, onde este era utilizado para designar o pluralismo cultural na esfera cívica, nos Estados Unidos o “multiculturalismo” se tornou uma forma de mascarar a exclusão contínua dos negros, reafirmando ao mesmo tempo “à mitologia nacional do ‘sonho americano’ da ‘oportunidade para todos’”.

Para Bourdieu e Wacquant:

“(…) o ‘muticulturalismo’ leva consigo para onde é exportado três vícios de origem do pensamento norte-americano que são: a) o ‘grupismo’, que reifica as divisões sociais, canonizadas pela burocracia estatal, em princípios de conhecimento e de reivindicação política; b) o populismo, que toma o lugar da análise das estruturas e dos mecanismos de dominação pela celebração da cultura dos dominados e de seus ‘pontos de vista’ – alçado ao nível de prototeoria em ato; c) o moralismo, que é obstáculo à aplicação de um materialismo racional sadio na análise do mundo social e econômico e nos condena a um debate sem efeito e nem fins sobre o necessário ‘reconhecimento das identidades’ enquanto, na triste realidade do cotidiano, o problema não se situa de forma alguma neste nível”. (BOURDIER; WACQUANT, 2001:159).

Desta forma, o discurso do governo Clinton apontava no sentido da direção de uma “terceira via” que unia democracia liberal, direitos humanos e livre comércio. As intervenções bélicas

² Ver: SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.

agora adquiriam o caráter “humanitário”, assim foi na África e na Iugoslávia, reciclando as lutas entre democracia política e totalitarismo, proclamadas ao longo da Guerra Fria, e criando as polarizações entre globalização e nacionalismo, progresso e atraso. Este discurso fez com que os Estados Unidos adquirissem aliados de peso como as principais nações européias, e aqui cabe lembrar os encontros da “Terceira Via” que reuniam o presidente Bill Clinton, o primeiro-ministro inglês Tony Blair, o premier italiano Máximo D’alema e o chanceler alemão Gerard Schroeder. Este discurso também fez com que os Estados Unidos adquirissem o apoio da ONU nas intervenções na Iugoslávia e no Iraque, além que gerarem uma forte confusão na intelectualidade européia dividindo-a entre aqueles que denunciavam o caráter imperialista das intervenções e aqueles, como Norberto Bobbio, que se pautavam pela idéia da “guerra justa”.³

Paralelamente ao governo Clinton, a oposição republicana foi amadurecendo uma nova doutrina estratégica, que inclui a crítica radical do Estado de bem-estar, e de suas concepções sobre a pobreza, e uma desconfiança em relação à tecnologia e a intelectualidade. O novo enfoque republicano parte da idéia de “conservadorismo com compaixão”, articulando as novas preocupações estratégicas a partir de um “acerto de contas com o conceito de pobreza”.

Conforme Sader:

“Essa nova direita, sucessora mais radical ainda do ‘reaganismo’, expressou-se por meio de órgão de mídia como o jornal *Washington Times*, o canal de televisão *Fox* e o programa radiofônico *Rush Limbaudh Talk Show* – expressões

das novas elaborações estratégicas que desembocaram na campanha do texano George Bush, na composição do seu governo e finalmente na reação aos atentados de 11 de setembro” (SADER, 2003:46).

Esta nova estratégia se define com a Doutrina Bush, do qual às ações de unilateralismo militar, tanto no Afeganistão como no Iraque, são conseqüências diretas. Tendo como base argumentos muito bem formulados a partir das idéias do liberalismo conservador, da ortodoxia protestante e da lógica histórica norte-americana de intervir nos assuntos internos dos demais países que coloquem em risco os interesses dos EUA, a Doutrina Bush é uma espécie de radicalização da lógica do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe.

Esta radicalização pode ser vista no documento que fundamenta esta doutrina. Escrito em setembro de 2002, um ano após os atentados de 11 de setembro de 2001, a “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”⁴, traçou as linhas gerais da política externa do governo Bush a partir da análise das principais problemáticas do cenário mundial.

Na sua introdução, composta de um texto assinado pelo próprio presidente George W. Bush, o documento afirma a vitória na Guerra Fria da liberdade

⁴ Aqui utilizamos a versão em espanhol do documento intitulada “Estrategia de Seguridad Nacional de Estados Unidos de América”, porém para fins de auxílio a leitura as passagens do documento foram traduzidas pelo autor. Ver: DEPARTAMENTO DE ESTADO DE ESTADOS UNIDOS. *Estrategia de Seguridad Nacional de Estados Unidos de América*. Washington: Oficina de Programas de Información Internacional del Departamento de Estado de Estados Unidos, septiembre de 2002. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/espanol/>

³ Ver: SADER, op.cit., p.46.

contra o totalitarismo a partir de um único modelo “sustentável de êxito nacional” baseado em três linhas: a liberdade, a democracia e a livre empresa. Afirma também que “no século XXI, somente aquelas nações que compartilham o compromisso de proteger os direitos humanos fundamentais e de garantir a liberdade política e econômica poderão desatar o potencial de seus povos e assegurar a prosperidade futura”. Mais adiante vemos declarada a noção de paz da Doutrina Bush, onde consta que “estenderemos a paz ao fomentar sociedades livres e abertas em cada continente”. Portanto, a paz estaria ligada aos preceitos do liberalismo e, segundo o documento, “o único caminho para a paz e a segurança é o da ação”.

Mas a ação tem um novo inimigo que “não é um regime político, pessoa, religião ou ideologia isoladas. O inimigo é o terrorismo premeditado, a violência por motivos políticos perpetrada contra seres inocentes”. Assim, a constatação de que há uma mudança no tipo de inimigo, onde “redes obscuras de indivíduos podem trazer grande caos e sofrimentos as nossas custas por menos do que custa comprar um só tanque”. O terrorismo acabou substituindo os inimigos do passado representados por outras nações e contra estes a guerra é de alcance global e de duração incerta, e por ter esta característica, mais complexa. Por isso, os EUA não distingue os terroristas e “aqueles que sabendo das leis lhes dão refugio ou lhes prestam assistência”. Este seria o caso do Afeganistão e do regime Talibã, cuja ação precedeu a publicação do documento.

A guerra contra o terror, sendo uma luta diferente de todas as outras

ocorridas até hoje, terá como características, também, o fato de ser uma luta em várias frentes e ocorrer durante um longo período de tempo.

Entre estas frentes esta o combate à pobreza, conforme o documento:

“(…) os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 ensinaram que os Estados Fracos, como o Afeganistão, podem consistir num grave risco para nossos interesses nacionais, tanto quanto os Estados fortes. A pobreza não pode transformar os pobres em terroristas e assassinos. No entanto, a pobreza, as instituições fracas e a corrupção podem tornar os Estados fracos vulneráveis em relação aos desafios terroristas e aos traficantes e drogas dentro do seu território” (DEPARTAMENTO DE ESTADO DE ESTADOS UNIDOS, 2002: 2).

Para combater a pobreza é necessário, segundo documentos, “suscitar uma nova era de crescimento econômico mundial por meio do livre mercado e do livre comercio” e “expandir o circulo do desenvolvimento ao abrir sociedades e construir a infraestrutura da democracia”.

Para isto só a um caminho afinal, segundo o documento,

“(…) as lições da história são claras: as economias de mercado, não as economias de direção e controle mediante a pesada mão do governo, são a melhor maneira de promover a prosperidade e reduzir a pobreza. As políticas que fortalecem tanto mais os incentivos do mercado e as instituições do mercado são pertinentes em todos os países de economias industrializadas, mercados em surgimento e no mundo em desenvolvimento” (DEPARTAMENTO DE

ESTADO DE ESTADOS UNIDOS, 2002: 12).

Portanto, para o governo norte-americano só há um caminho o livre mercado.

Outra linha básica para a atuação neste novo contexto é a cooperação na luta contra o terrorismo, no qual os Estados Unidos “não tratará constantemente de obter o apoio da comunidade internacional”. Porém, se esta cooperação e este apoio não vierem “não duvidaremos de atuar sozinhos, em caso necessário, para exercer nosso legítimo direito a defesa própria, com medidas preventivas contra esses terroristas, a fim de impedir-lhes de causar danos a nosso povo e a nosso país”. Estavam lançadas às bases para o unilateralismo militar que marcou a Invasão do Iraque, onde inclusive a própria ONU, cujo Conselho de Segurança se opôs a ação norte-americana, foi deslegitimada.

Tal fato demonstra que uma marca da Doutrina Bush foi a colocação dos interesses dos EUA acima dos demais países, como se os norte-americanos fossem os únicos detentores do caminho para paz, numa forte referência a idéia da vocação de predestinação do protestantismo ortodoxo, um dos setores sociais importantes na base de sustentação interna do governo Bush.

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA deixou isto bem claro onde o governo afirmava que “estamos lutando por nossos valores democráticos e nosso modo de vida” e que a ação do governo se baseará num “internacionalismo
inconfundivelmente norte-americano”.

A Doutrina Bush enquanto uma lógica de uma política externa atingi um patamar de estratégia para a manutenção da hegemonia dos EUA no cenário mundial. A reeleição dos republicanos para a Casa Branca, em 2004, reafirmou este objetivo, representando muito mais do que a concretização da hegemonia dos republicanos sobre os democratas, garantida também pela ampla maioria conseguida no Congresso, representou acima de tudo a afirmação da chamada Doutrina Bush no cenário político norte-americano.

Porém, se no cenário político norte-americano a reeleição de George Walker Bush representou a afirmação da Doutrina Bush e da nova direita, no cenário internacional o que se verificou foi um caminho diferente. A frustrada tentativa de Golpe contra o presidente Hugo Chavez, na Venezuela, fez com que as relações entre os dois países ficassem ainda mais conturbadas. A crescente onda de eleições e reeleições de governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina representou um recuo na tentativa de implantação da Área de Livre-Comércio das Américas, a Alca. No Iraque, o novo governo implantado após a derrubada de Saddam Hussein esteve longe de conseguir legitimidade e os intermináveis conflitos derrubaram por terra a lógica de uma ofensiva rápida e eficaz. Por fim, a crise econômica e a recessão norte-americana fizeram com que ao final do seu mandato o prestígio do presidente Bush se encontrasse em franca decadência chegando ao histórico índice de apenas 29% de aprovação.

Diante disso, o cenário que se abre para o futuro das relações

internacionais, sobretudo, para a política externa norte-americana, principalmente para o governo Obama, é de grande incerteza e de poucas possibilidades de reafirmação de qualquer nova orientação aos moldes das estratégias adotadas desde o pós – Guerra Fria. Este tem sido o principal dilema da Secretária de Estado norte-americana, Hilary Clinton, nesse início de governo. Em quase todos os fóruns internacionais em que esteve presente desde a posse do novo governo, a secretária Hilary tem sido pressionada pela mudança na orientação de política externa dos Estados Unidos.

Talvez a anunciada retirada das tropas do Iraque já indique um sinal de mudança. Porém, tendo em vista o peso significativo do conservadorismo e do continuísmo no governo Obama, que tem se demonstrado no campo econômico, assim como na sua posição vacilante quanto à reativação da Quarta Frota, ainda é cedo para vislumbrarmos o abandono das concepções do pensamento único neoliberal que pautaram as estratégias nacionais norte-americanas nos últimos anos.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p.9-23.

BOURDIER, Pierre & WACQUANT, Louis. A nova bíblia do Tio Sam. CASSEN, Bernard. Uma virada política e cultural. IN: CATTANI, Antonio (Org). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/ Vozes/ Unitrabalho/ Corag/ Veraz Comunicação, 2001. p. 156.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DE ESTADOS UNIDOS. *Estrategia de Seguridad Nacional de Estados Unidos de América*. Washington: Oficina de Programas de Información Internacional del Departamento de Estado de Estados Unidos, septiembre de 2002. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/espanol/>.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. IN: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.



* **LEONARDO DA ROCHA BOTEGA** é professor de História, mestre em Integração Latino-americana pela UFSM.

** **MÁRCIA NAIAR CERDOTE PEDROSO** é economista, Especialista em Pensamento Político Brasileiro pela UFSM. Técnico-administrativo em Educação - CESNORS/UFSM.